



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS KLABIN 2016



Klabin

klabin.com.br



... continuação das Notas Explicativas da Administração estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da KLABIN S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 3º, 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o n º 89.637.490/0001-45, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras, assim como com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2016, datado de 31 de janeiro de 2017.

Fabio Schwartsman – Diretor Geral
Antonio Sergio Alfano – Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Arthur Canhisaes – Diretor

Cristiano Cardoso Teixeira – Diretor
Eduardo de Toledo – Diretor
Francisco Cezar Razzolini – Diretor

Parecer do Conselho Fiscal

Examinamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de Klabin S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Com base nesses documentos examinados, no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas e nos esclarecimentos prestados pelos representantes da administração da Companhia, opinamos por unanimidade, que as referidas demonstrações financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e que, juntamente com o Relatório da Administração e com a proposta de destinação do resultado estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Antônio Marcos Vieira Santos

João Adamo Júnior

João Alfredo Dias Lins

Maurício Tiomno Tolmasquim

Wolfgang Eberhard Rohrbach

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Klabin S/A**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Klabin S/A** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da **Klabin S/A** e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Klabin S/A** e da **Klabin S/A** e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, assim como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Créditos tributários (Notas Explicativas 9 e 10)

Porque é um PAA

A Companhia mantém registrados créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social e créditos de ICMS e IPI a recuperar. Substancialmente, esses créditos foram registrados na medida em que a Administração considera provável que a Companhia e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro e ICMS e IPI a pagar suficientes para compensar os saldos desses créditos. A relevância desses créditos, bem como o fato de que as projeções, de lucros tributários futuros e ICMS e IPI a pagar, contêm diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração, nos leva a concluir que esse assunto é relevante para nossa auditoria.

A sistemática de compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real, e o histórico de pagamentos de ICMS da Companhia, indicam que a recuperação desses créditos pode vir a ocorrer em um tempo mais longo. No caso do IPI, considerando se tratar de decisão judicial recente, a determinação do valor recuperável total final e o tempo de sua recuperação pode variar em razão da interpretação da legislação aplicável. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas nas referidas projeções, incluindo o preço futuro da celulose e eventuais isenções, poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários e impactar a afirmação de que sua recuperação é provável, especialmente à medida em que o prazo para sua recuperação aumenta.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dentre outros procedimentos de auditoria, entendemos e avaliamos o desenho e a operação dos controles estabelecidos pela Administração para apuração e registro dos créditos tributários, bem como o modelo utilizado para as projeções de resultados.

Envolvemos nossos especialistas em temas tributários, assim como os de avaliação de empresas, para nos auxiliar em teste dos cálculos dos créditos e em relação aos modelos e premissas críticas utilizadas pela Companhia. Comparamos essas premissas com informações macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como comparamos informações dessas projeções com orçamentos aprovados pela Administração. Adicionalmente, analisamos os prazos de realização considerados nos estudos e os dados históricos da própria Companhia para corroborar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores. Finalmente, avaliamos as divulgações relacionadas com o reconhecimento desses créditos tributários.

Na aplicação dos procedimentos, não identificamos inconsistências no reconhecimento e na divulgação desses créditos.

b) Mensuração do valor justo de ativos biológicos (Nota Explicativa 13)

Porque é um PAA

Os ativos biológicos (florestas) da Companhia representam uma parcela relevante de seus negócios e do total do seu ativo. Conforme mencionado na Nota 13, na determinação do valor justo das florestas, algumas das premissas utilizadas pela Administração considera dados internos da Companhia, não observáveis no mercado, como, por exemplo, dados de crescimento de suas florestas, o que agrega subjetividade ao cálculo. Adicionalmente, o cálculo do valor justo utiliza um nível grande de detalhe, incluindo o sistema de controle por lote (talhão), que alimenta planilhas eletrônicas, o que é, na prática, um controle manual.

Essa foi uma área de foco de nossa auditoria uma vez que, adicionalmente ao risco associado às características descritas no parágrafo anterior, o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto imediato no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossa auditoria, nossos procedimentos envolveram, entre outros, o entendimento do desenho e testes nos principais controles estabelecidos em relação à avaliação e mensuração desses ativos, bem como a análise do modelo utilizado para a estimativa do valor justo das florestas.

Utilizamos nossos especialistas da área de valorização de ativos biológicos para avaliar a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração, bem como o cálculo do valor justo. Comparamos, quando aplicável, os dados de mercado com fontes independentes, considerando a região em que a floresta se situa. Avaliamos as premissas e metodologias utilizadas pela Administração à luz de nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas para esse tipo de ativo. Adicionalmente, observamos a consistência dos dados utilizados com os indicadores-chave de monitoramento da Administração.

Finalmente, comparamos os dados das avaliações feitas com as respectivas divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia.

Constatamos que as premissas utilizadas e a metodologia de avaliação dos ativos biológicos estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior.

c) Entrada em operação da planta de celulose (Notas Explicativas 1 e 12)

Porque é um PAA

Em 2016, a nova planta de celulose da Klabin (Ortigueira) entrou em operação. Essa planta demandou investimentos de aproximadamente R\$ 8 bilhões de reais, com o objetivo inicial de produção de celulose. A venda de celulose é um novo negócio para a Companhia, representando, em plena atividade, um percentual relevante de sua receita. Os controles e processos sobre a determinação e reconhecimento da receita, bem sobre a apuração e apropriação dos custos de produção estão em fase de maturação e, por isso, em nosso entendimento é um principal assunto de auditoria esse ano.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os procedimentos de auditoria para resposta a esse tema envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles e processos estabelecidos pela Administração para apuração do custo e receita, bem como testes de controles sobre apuração dos custos e teste de transações sobre as receitas. Efetuamos a leitura dos contratos de venda de produtos, onde parte significativa das vendas foi realizada por meio de contrato de parceria comercial assinado com empresa que já opera no mesmo segmento, especialmente com o objetivo de avaliar se a receita está adequadamente determinada.

Verificamos se a apuração dos custos de produção e dos produtos vendidos foi realizada de forma adequada, considerando a apropriação de custos de matérias primas, da depreciação do ativo imobilizado, incluindo a determinação de vida útil dos ativos, por meio de testes sobre os controles e testes detalhados.

Finalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras dos aspectos mais relevantes relacionados à nova planta de celulose.

Na aplicação dos procedimentos acima não identificamos situações de inconsistências na apuração da receita ou custos relacionados com a ativação dos investimentos feitos e com a operação da nova planta, bem como deficiências significativas de controles.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting*

Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2017.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP 000.160/O-5



Tadeu Cendón Ferreira
Contador
CRC 1SP 188.352/O-5